

Ata da Audiência Pública para estudos do Projeto de Lei nº 083/2023 do Executivo Municipal que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2024, realizada no dia 07 de dezembro de 2023, às dezoito horas, na Sala das Sessões "Vereador Reynaldo Chiavegato" da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edificio Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Presidente Sr. Romilson Silva, que cumprimentou todos passando os trabalhos daquela audiência para o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Afonso Lopes da Silva, que explicou como seria o trámite daquela audiência. Estavam presentes na Casa os Srs. vereadores Ana Paula Espina de Souza Muniz, Erivelton Marcos Proencio, Francisco de Souza Campos, Walter Luis Tozzi de Camargo, Wanderley Teodoro Filho e Wilian Barbosa do Morrinho, Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, trinta pessoas, conforme consta na lista de presenca anexada ao Processo. O sr. Presidente da Comissão passou a palavra à Sra. Fernanda Angelica Santana -Secretária Municipal de Obras, a qual fez suas explanações do Orçamento de sua Pasta; o sr. Erivelton Marcos Proêncio questionou sobre o contrato de limpeza dos terrenos estava ok para o próximo ano e a sra. Secretária respondeu que tudo estava ok, com vigência ok e explicou todo formato do trabalho naquela questão; o sr. Erivelton perguntou da possibilidade daquele formato de trabalho para calçadas e a sra. Secretária disse que sim, estavam executando da mesma forma; a seguir, o sr. Presidente perguntou sobre o Orçamento para o asfalto do Bom Jardim, Santo Antonio do jardim e Floresta e a sra. Secretaria falou do projeto apresentado pela Secretaria de Mobilidade Urbana e que não estava dentro da sua Pasta; a seguir, o sr. David Jesus questionou sobre as calçadas que não eram feitas pela prefeitura e que a mesma cobrava dos cidadãos que não faziam as calcadas particulares; a sra. Secretária explicou o questionamento do cidadão, exemplificando todas as obras de calçadas já realizadas e as que seriam realizadas futuramente; a seguir, a sra. Cristina Pinto Catão Bonini Hosikawa, Secretária Municipal de Educação fez suas explanações sobre o Orçamento da Sua Pasta para 2024, em conformidade com os slides apresentados no quadro da Casa; a seguir, o sr. Erivelton Marcos Proêncio questionou como seria e porque aumentariam as vagas nas creches, quando da terceirização e o que mudava quando privado para público; a sra. Secretária explicou sobre a quantidade e remanejamento de funcionários; fez diversas explanações sobre a questão e trocou informações com o sr. Erivelton que continuou questionando sobre o assunto; especificamente sobre a quantidade de espaço e de vagas; quando ela explicou sobre todas as creches serem educacionais e não assistenciais, que era lei todas as mães trabalhando ou não terem direito à creche; explicou sua explanação; o sr. Erivelton perguntou se existia déficit no fundamental um e dois e quanto precisaria

repor, em especial o pessoal da educação especial se houvesse; ela disse que aquele tinha sido um questionamento dele e que já havia sido respondido e que já haviam pedido mais professores para atender a demanda; detalhou o formato de trabalho em cada área da Educação Infantil; o sr. Erivelton questionou se havia a possibilidade de colocar o professor de apoio para crianças com síndrome de down; ela respondeu que se o aluno fosse considerado com a necessidade de ter um apoio, ele teria; continuou suas explicações ao vereador, esclarecendo todas as dúvidas naquela questão; a seguir, o sr. Wilian Barbosa do Morrinho questionou sobre a transformação da Escola do Nassif em período integral; fez comentários a respeito do seu questionamento, mas seu microfone estava muito baixo, portanto, com dificuldades para entendimento à esta transcrição; a sra. Secretária disse que a Escola Joaquim Pires passaria atender os alunos do primeiro ao quarto ano, os do quinto ano iriam para a Unidade 2: explicou toda a dinâmica daquele processo; falou sobre o contraturno do Bizzo e o Tanquinho seria O.S. e na escola dos predinhos tinha também o contraturno; disse que de acordo com as possibilidades com certeza criariam mais escolas daguela forma; a seguir, a sra. Maria do Carmo Pelisão, Secretária Municipal de Saúde, auxiliada pela sra. Eliane, fez usas explanações sobre o Orçamento da sua Pasta; após, a sra. Ana Paula Espina Souza Muniz, questionou guantos neuro pediatras e fonos seriam contratados e quais seriam os investimentos; a sra. Secretária disse que daquele recursos estavam previstos manter todas as ações da Secretaria de Saúde; disse que estavam previstas aquelas contratações dentro do Orçamento da ASAMAS, tanto no contrato atual como no novo contrato que seria firmado, inclusive de neuropediatra e de neuro adulto; explicou os processos em andamento, incluindo o chamamento público; destacou que no ano corrente a ASAMAS havia contratado por curto período o neuropediatra: justificou as necessidades e todo tramite de trabalho da sua Pasta; a sra. Ana Paula perguntou sobre a grande fila do CAJI, como ficaria a situação do CAJI; a sra. Secretária disse terem iniciado um relação de diagnóstico e explicou como funcionava os trabalhos do CAJI, esmiucando cada andamento daquele Órgão; o sr. Erivelton questionou se iram contratar mais fono e a sra. Secretária respondeu que já haviam contratado aquele profissional, que eram três profissionais concursados; o sr. Ervelton questionou se iriam zerar ou diminuiriam em cinquenta por cento a fila de espera e ela respondeu que iriam avaliar todas as crianças e verificar o resultado final após aquele procedimento, mas que tinha esperança de uma grande evolução sobre aquela questão; o sr. Erivelton questionou se no próximo não sairia o prontuário eletrônico de todas as redes e a sra. Secretária respondeu que naquele momento já tinham cem por cento do prontuário eletrônico nas Unidades Básicas de Saúde e explicou o processo que já estavam trabalhando para que a rede fosse totalmente concluida para ser extremamente utilizável, pois dependia de alguns procedimentos



tecnológicos que não lhe competia, mas que tudo já estava bem avançado e que tinham previsão de licitar os trabalhos para fazer aquela integração, na intenção e que no primeiro trimestre de 2024 já começariam a trabalhar com aquilo; o sr. Erivelton solicitou esclarecimentos sobre o chamamento público da ASAMAS que iria permanecer mais um tempo e ela respondeu que estavam trabalhando com chamamento público totalmente diferente do que já tinham feito, estavam com a legislação totalmente nova e explicou todo o trâmite daquele chamamento, que após um questionamento, ele estava suspenso para a Comissão avaliar e seguir com ele para que tudo fosse concluido a contento; em seguida o sr. Wilian Barbosa do Morrinho questionou situações sobre recursos para a construção de CAPS e a sra. Secretária falou sobre a Portaria 455 do Ministério da Saúde para a construção do PAC; explicou os procedimentos para aquela contemplação e se disse otimista com o processo; o sr. Erivelton Marcos Proêncio questionou sobre as acomodações na Farmácia Popular, justificando seu questionamento, inclusive sobre o fechamento da mesma na hora do almoço; a sra. Secretária disse aquele ser um prédio locado e precisaria ser feito algo; falou que estavam em busca de outro local e que seria perfeito se fosse um prédio próprio; falou da demanda de medicamentos e outros materiais que lá depositavam e da falta de espaço; falou das dificuldades com funcionários técnicos no dia a dia de trabalho e dos planejamentos para melhorar o atendimento de todos, inclusive nos horários de almoço; falou dos relatórios de que fechavam no final do ano e que tudo era discutido com os técnicos para melhorar a qualidade dos trabalhos; solicitou e agradeceu aos vereadores sobre emendas parlamentares necessárias e conseguidas para aquela área; o sr. Erivelton questionou sobre a entrega de medicamentos, a possibilidade de ser feita a entrega por motoboy; a sra. Secretária respondeu que o remédio em casa já houve no municipio e que foi suspensa porque não teve adesão; disse que alguns idosos gostavam de ir na farmácia e explicou as intenções de melhoria para tal atendimento no próximo ano, alegando que todos os responsáveis pela Secretaria específica não poupavam esforços para que os trabalhos fossem cada vez melhor, satisfatórios aos muitos pacientes que dependiam dos medicamentos de alto custo; a seguir, o sr. Adalberto de Lima, Secretário Municipal de Administração e Finanças explanou o Orçamento da sua Pasta, conforme slides expostos no telão; a seguir, colocou-se a disposição para questionamentos; a seguir, o sr. Walter Luis Tozzi de Camargo questionou sobre prazo do decreto de contingenciamento e o sr. Secretário disse ser em 31 de dezembro; o sr. Walter perguntou se havia a possibilidade de prorrogar ou ele iria se encerrar; o sr. Secretário disse que o Decreto de contingenciamento poderia ser publicado se a arrecadação não estivesse de acordo com o que foi previsto; explicando o processo para tal e ele torcia para que o ano todo estivessem livre dele;



o sr. Erivelton perguntou sobre previsão do REFIS para o próximo ano e sobre a inclusão das dividas do ITBI no REFIS se seria possível; o sr. Secretário disse que ainda não haviam pensado no REFIS e que estavam terminado o REFIS do ano corrente e que incluir dívidas no REFIS teriam de discutir aquele assunto com a Secretaria de Negócios Jurídicos; ressaltou o próximo ano ser ano eleitoral e tinham de se atentar às restrições legais; o sr. Erivelton ressaltou dos prazos para discussão do REFIS em ano eleitoral e o sr. Secretário concordou com as observações; o sr. Erivelton questionou se havia previsão para sobre de caixa do ano corrente par ao próximo ano e o sr. Secretário respondeu que só teria aquele resultado depois de encerrar o exercício que deveria acontecer na segunda quinzena de janeiro; estavam trabalhando para não terem nenhum problema fiscal na prefeitura; o sr. Erivelton falou sobre a promulgação de plano diretor de tecnologia da informação e questionou a respeito do mesmo e sobre o sistema do SEI; o sr. Secretário falou sobre o sistema que havia sido licitado e que englobava toda aquelas questões de digitalização; explicou a respeito; falou sobre os trabalhos iniciados para aperfeiçoar as questões de informatização da prefeitura; esmiuçou a respeito do assunto e lembrou que Jaguariúna tinha obtido a maior nota na questão de informática; a seguir, fez uso da palavra a sra. Andrea Dias Lizun, Secretária Municipal de Assistência Social, que falou sobre o Orçamento da sua Pasta e seus projetos para o mesmo; em seguida a sra. Ana Paula Espina Souza Muniz questionou sobre como estaria no próximo ano as demandas e o CRAS; a sra. Secretária disse que conseguiriam atender o ano todo as demandas como o Orcamento específico: explanou sobre as demandas das familias. dos programas existentes e que a Secretaria estava de portas abertas para acolher e trabalhar com as famílias que buscavam aquela Secretaria; o sr. Erivelton questionou sobre o número atual de famílias atendidas pelos beneficios e a sra. Secretária disse que a média era quinhentos atendimentos por mês, incluindo cesta básica, ajuda aluquel, conta de energia, enfim, todos os beneficios sociais; disse que tinham mil setecentos e setenta familias recebendo beneficios do Governo Federal, o Bolsa Família: explicou sobre o Cadastro Único; exemplificou suas colocações, exemplificando toda dinâmica dos trabalhos; em seguida, a sra. Renata Macedo, substituindo o sr. Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social fez suas explanações referentes ao Orçamento daquela Pasta; a seguir, o sr. Presidente questionou sobre as discussões para parcerlas e convênios no próximo ano e a sra. Renata explicou que estavam seguindo no caminho para as parcerias já existentes e aquelas que pretendiam ampliar no próximo ano; explicou a dinâmica de trabalho para que as parcerias em todos os seguimentos fossem realizadas, para minimizar custos; o sr. Francisco de Souza Campos, a seguir, perguntou se o QUALIFICA continuaria e ela respondeu acreditar que sim, iria continuar; em seguida, o sr. Wiliam Barbosa do



Morrinho questionou sobre os pagamentos de estagiários, e seriam melhorados ou continuariam como estavam; a sra. Renata explicou como era o processo de trabalho dos estagiários, lembrando que trabalhavam seis horas por dia, entre outras questões: o sr. Afonso Lopes da Silva lembrou que casa Secretaria bancava seu estagiário; em seguida, a sra. Maria das Graças Hansen Albaran dos Santos, Secretária Municipal de Cultura, que fez suas explanações sobre o Orçamento daquela Pasta; em seguida. o sr. Erivelton Marcos Proêncio falou sobre a estrutura da FEART se já havia sido planejado resolver as melhorias daquela estrutura, e a sra. Maria da Graça disse que estavam trabalhando com uma verba conseguida através do Governo Federal: lembrou que a FEART tinha estrutura de feira: explicou as mudanças ao longo dos anos e ressaltou que a idéia era que ela continuasse com caracteristicas de feira: o sr. Erivelton lembrou que quando chovia a água caia toda lá; a sra. Secretária mais uma vez disse que a ideia da FEART era de feira aberta, mas que já estavam em contato com a Secretária de Obras para melhorar no que fosse possível, e que no próximo ano seria melhorada, principalmente na parte do teto; a seguir, o sr. Wilian Barbosa do Morrinho falou sobre projetos daquela Secretaria e a sra. Secretária falou da importância das emendas parlamentares que ela torcia para que chegasse às Secretarias para auxiliar nas propostas de trabalho; a seguir, fez explanação da Pasta de Gabinete, o Sr. Celso Lauro, representando a sra. Secretária Municipal, Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva; em seguida, como não houve questionamentos, o sr. Valdir Antonio Parisi, Secretário Municipal de Governo discorreu sobre todo o Orçamento da sua Secretaria, falando de todos os servidores, Departamentos e detalhando as distribuições do Orçamento; em seguida, o sr. Erivelton questionou sobre a PPP da iluminação pública, como estava o projeto da mesma e o sr. Valdir disse que a PPP estava em análise e ele achava que no próximo ano estaria concluída; o sr. Erivelton questionou sobre a reformulação do plano de carreira, da escola de Governo e o sr. Valdir disse que a Escola de Governo chegou na Casa para ser apreciada e votada e foi retirada, e que no próximo ano estudariam novamente as possibilidades da mesma seguir em projeto; em seguida, o sr. Francisco de Souza Campos, falou sobre estudo para auxilio transporte para servidores residentes fora de Jaquariúna e justificou sua colocação, dizendo de ter auxilio transporte em pecúnia para servidores; o sr. Valdir Parisi disse que estaria a disposição para conversarem e chegarem na melhor solução; o sr. Presidente questionou sobre levantamento de quantidade de servidores residentes em Jaguariúna e fora dela e o sr. Valdir disse que estaria levantando os dados posteriormente e encaminhando àquela Casa para conhecimento; em seguida, fez suas explanações, o sr. Secretário Municipal de Esportes e Lazer, Rafael da Silva Blanco; a seguir, o sr. Francisco de Souza Campos questionou se seria realizada pista de atletismo o Estádio Municipal e o sr. Rafael



disse que lá já havia pista de pedra e que já estava sendo utilizada para treinamento e que na nova concessão caberia a quem ficasse, construir, porque não contemplaram aquilo; o Sr. Presidente questionou sobre participação daquela Secretaria em relação ao contraturno das Escolas e o sr. Secretário disse já haver a parceria no Bizzo e já estavam negociando para parceira na Roseira, para as próximas turmas; o sr. Presidente perguntou ser haviam contrapartidas e ele respondeu que ainda não tinha e que atendiam lá com credenciados; explicou sua resposta; em seguida, a sra. Secretária Municipal de Meio Ambiente, Rita de Cassia Siste Bergamasco fez suas explanações sobre todo o orçamento da sua Pasta, falando dos remanejamentos que poderiam ser realizados tendo em vista que o maior e atual problema era a questão da água; salientou que provavelmente a questão da água não seria resolvida definitivamente mas, amenizaria bastante; teceu vários comentários já conhecidos por todos, com relação à falta de água no município e dentre outras questões, falou sobre o esgoto; sobre os produtores ruais e sobre uma grande gama de trabalho que era competência daquela Secretaria; falou do grande índice de crescimento do município e das dificuldades sobre os problemas do abastecimento da água; falou dos desafios de cada bairro sobre aquela questão, exemplificando diversos fatores que aumentavam os problemas; falou da falta de rede; falou dos projetos daquela Secretaria para sanar o problema da falta de água; falou das perdas que era grande. em torno de guarenta por cento de perda, que precisaria ser reduzida rapidamente, por um valor aceitável; disse que havia protocolado na Câmara um relatório de obras e melhorias sobre a Gestão de 2018 a 2024, para conhecimento de todos; comunicou a todos que havia pedido exoneração do cargo de Secretária e que seguiria na função e Vice prefeita; agradeceu a todos pela parceria nos trabalhos e se colocou a disposição para o que fosse necessário que ela pudesse colaborar; disse que já tinha o projeto pronto do Florianópolis, da ETA, o projeto de perdas e era só o novo Secretário licitar no próximo ano e que a ETA 6 deveria ficar pronta em março e que ajudaria bastante aquela obra; a seguir, a sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz questionou como ficaria, naquele período, a população com a falta de água; a sra. Secretária respondeu que como medida de emergência, o Zambon pretendiam resolver em um espaço mais curto de tempo, iriam tentar fazer antes do nata, no máximo em janeiro, com a contrapartida pretendiam fazer no Florianópolis, um balanceamento das redes; explicou o sistema em questão; em seguida, o sr. Wilian Barbosa do Morrinho falou sobre a tarifa de água e a sra. Secretária disse que Jaguariúna tinha a tarifa mais barata do Estado de São Paulo e a Ares PCJ propôs oitenta por cento de reajuste; justificou valores, exemplificou situações sobre aquelas colocações e disse que foi decidido junto com a ARES 40%; enfim, a sra. Secretária teceu diversos comentários sobre os problemas da falta de água e as preocupações



da sua Pasta sobre aquela situação; em seguida, o sr. Erivelton Marcos Proêncio falou sobre uma conversa que circulava na cidade sobre a possibilidade de burlar o sistema no sentido de fechar o registro para boicotar a gestão dos funcionários do DAE; a sra. Secretária disse ser sim possível e explicou como poderiam fazer, tecendo exemplos de situações parecidas acontecidas na eleição passada; o sr. Erivelton disse ter sido notado que aconteceu no período eleitoral passado e não poderiam descartar que aquilo novamente tivesse acontecido recentemente; a sra. Secretaria disse que com a telemetria dificultava o fato e que poderiam até descobrir quem faria; em seguida, o sr. Presidente disse que aquela questão da água era uma questão discutida por aquela Casa por diversas vezes e tinham de partir daquele Orçamento e que todos teriam de ter compreensão para solucionar o problema; a sra. Secretária concordou com a fala dele e disse que já tinham feito muitas coisas, mas que no próximo ano precisavam de forma urgente realizar obras para diminuir impactos já citados; a seguir, fez uso da palavra para as explanações da Pasta, o sr. José Ricardo Cortes, Secretário Municipal de Mobilidade Urbana que discorreu sobre diversas obras realizadas e as obras projetadas para o próximo ano; falou sobre Jaguariúna sem pedágio; falou das obras das ruas dos bairros, com as drenagens e redes de esgoto, quias e demais providencias que precisariam ser realizadas em diversas ruas municipais; disse que algumas pavimentações seriam entregues no ano corrente e outras concluidas em 2024; a seguir, a sra. Ana Paula Espina Souza Muniz questionou quanto tempo levaria para entregar a UBS do Bom Jardim que estava terminando as obras e o sr. Secretário disse que UBS não era da Pasta dele e sim da Saúde e sobre a passarela disse que era um processo reiniciado que ele seguiu para os trâmites necessários: a ciclovia estava sendo executada e pela terceira empresa; relembrou os problemas existentes nas empresas anteriores que foram licitadas para aquela ciclovia; em seguida o sr. Erivelton solicitou informações sobre o subsidio da Metrópolis e do quilometro rodado e o sr. Secretário disse explicou o que era subsidio. tarifa zero, dando exemplo de algumas cidades que estavam subsidiando tarifas em cem por cento e a cidade de São Paulo estava fazendo estudo para chegar a tarifa zero; detalhou suas colocações, exemplificando diversas situações sobre subsídios, esclarecendo duvidas do vereador, com diversas explicações; a seguir, o sr. Secretário de Negócios Jurídicos, Fabiano Augusto Rodrigues Urbano disse que tentaria ser rápido para apresentar o Orçamento da sua Pasta, para o próximo exercicio e, explanou todos os detalhes de trabalho da sua Secretaria; em seguida, o sr. Erivelton Marcos Proêncio levantou sobre as questões jurídicas das calçadas se iriam resolver aquelas questões, com a prefeitura consertando as irregularidades e seguir com as melhorias; o sr. Secretário disse que estavam tomando duas providencias, uma de calçadas de imóveis particulares para que o Departamento



Competente executasse as medidas necessárias junto aos proprietários para recuperação das calçadas e outra junto à Secretaria de Obras para melhorias nas calçadas da prefeitura; o sr. Erivelton questionou sobre regulamentação da LGPD na prefeitura, se para o próximo ano estaria tudo acertado e ele respondeu que sim, que havia deixado pronta a minuta do Decreto e que havia enviado àquela Casa um projeto de lei de gratificação para encarregado; explanou detalhes daquele processo; o sr. Erivelton perguntou se todos os funcionários responsáveis pelo setor estavam treinados e aptos para atuar na nova lei de licitações e o sr. Fabiano disse que sim. que estavam capacitando o pessoal para atuar com a nova lei de licitações e que a prefeitura iria adotar uma postura inicial mais conservadora, importando os Decretos da União que tratavam sobra nova lei de licitações para aplicação no município até que conseguissem, com experiencia, formular o decreto municipal: o sr. Erivelton questionou sobre o processo de implementação da lei geral de dados abertos e o sr. Secretário disse não saber dizer sobre aquele assunto; o sr. Secretário de Financas disse que estavam trabalhando e avançando naquele processo que ainda não estava concluído; o sr. Erivelton se mostrou preocupado com aquela questão por conta do tempo que estava escasso para implantação da mesma; perguntou também sobre a saúde financeira para a questão dos precatórios; o sr. Secretário disse que sim; o sr. Presidente também questionou sobre os precatórios e o sr. Secretário disse que aa redução de pequeno valor em primeiro momento ajudou bastante a regularizar o fluxo daqueles pagamentos e o município nunca teve problemas com pagamentos de precatórios; explicou sua fala e disse que seguiam seguros quanto aos precatórios; em seguida, o sr. Francisco de Campos Souza falou sobre a lei dos ajustes de quarenta e cinco milhões, se seria enviado para aquela Casa para aquele empréstimo: o sr. Secretário disse que não haviam iniciado as assinaturas naquele processo mas que acreditava que no inicio do ano iriam dar continuidade no processo; falou que quanto a PPP receberam dois estudos e depois e analisar a situação entenderam que o mais apropriado não seria a modalidade PPP e sim uma licitação por meio da locação de ativos e que Pindamonhangaba serviu de referência para Jaguariúna e já tinham iniciado o processo de licitação para a troca de todo o Parque de iluminação publica do Município e esperava que no inicio do próximo ano tivessem o contrato e até o fim do primeiro semestre tivessem substituído todo o Parque de iluminação pública por led; a sra. Ana Paula Espina Souza Muniz questionou se iriam locar a iluminação pública e o sr. Secretário respondeu que o nome era locação de ativos. guando adquiriam todos os equipamentos e substituiriam todo o Parque e permanecia com aqueles equipamentos durante o prazo de execução de contrato e ao final aqueles equipamentos seriam entregues para o município por doação; em seguida, o sr. Rômulo Augusto Arsufi Vigato, Secretário Municipal de Planejamento Urbano teceu



comentários explicativos sobre o Orçamento da sua Pasta, entre muitas explanações disse que no primeiro semestre de 2024 teriam o inicio da construção das casas populares, estimando vinte e quatro meses para conclusão do empreendimento: a seguir, fez uso da palavra o sr. Edgard Mello do Prado Filho, Secretário Municipal da Segurança Pública, que teceu comentários de valores do Orçamento da sua Pasta. expondo as dificuldades da Secretaria e as intenções para o próximo ano; disse que foi cedido à sua Secretaria, o prédio onde funcionava a CIRETRAN, divisão de vigilância patrimonial, Ouvidoria da Guarda que por lei não poderia estar unificada no mesmo prédio da Guara Municipal, por questão de imparcialidade; terá também um COE e a inteligência da Guarda Municipal; após sua explanação, a sra. Ana Paula Espina Souza Muniz disse sobre os grandes números de roubos e furtos de motos, e que a GM conseguia recuperar as motos mas não conseguia chegar nos individuos: parabenizou os trabalhos da Guarda Municipal e da Policia Militar e falou do reduzido número de profissionais; falou que o Deputado mandou duas Hilux para a GM; teceu comentários de situações de assaltos acontecidos na cidade de salientou suas preocupações naquela questão; o sr. Secretário disse ficar feliz com as palavras dela; agradeceu ao Deputado pela verba enviada; falou sobre o convenio da atividade delegada da policia militar e teceu comentários sobre os trabalhos da Guarda Municipal na cidade que é feito com muita dedicação e total desempenho; falou dos pontos de maior concentração e roubos de motos, dando exemplos das situações; disse também ter dois investigadores na cidade e solicitou intercessão do Governo do Estado para mais policia rodoviária, pela imensa necessidade que havia naquele segmento; em seguida, o sr. Erivelton Marcos Proêncio falou sobre recursos destinados para o próximo ano para troca de equipamentos do COE e o sr. Secretário disse que aquele orcamento que tinham era muito caro, mas tinham de conseguir soluções para os mais diversos problemas; falou sobre as câmeras implantadas, sobre armazenamento de imagens que aferiam custos; falou das intenções de licitar alguns projetos para sanar necessidades naquele segmento; deu diversos exemplos dos trabalhos executados pela sua Secretaria no Município e da evolução das preocupações; em seguida, o sr. Erivelton disse acreditar que poderiam investir na segurança pública e que aquilo acontecesse Jaguariúna passaria a ser uma das cidades pioneiras na aplicação de projetos na Segurança Pública; teceu comentários sobre suas expectativas para um bom trabalho naquela Secretaria e das dificuldades que ele compreendia existir; o sr. Secretário também acreditava na evolução dos trabalhos da sua Pasta e disse que a operação feito em parceria com a Saúde e a Assistência Social quanto aos adictos, os moradores de rua, dependentes químicos de droga e álcool, e eles da Segurança davam uma pequena parcela para prover a segurança física dos agentes que lá trabalhavam; falou um pouco sobre a forma de



trabalho naquela operação e agradeceu todos pela colaboração e parceria, dizendo acreditar nas soluções dos problemas apresentados naquela questão especifica; a sra. Ana Paula questionou se tinha como o Secretário entrar em contato com outros Secretários de outras cidades para viabilizar a volta daquelas pessoas para suas cidades e ele respondeu que a Assistência Social já fazia aquele processo; explicou o processo e esclareceu duvidas da vereadora. A seguir, o sr. Presidente disse que, posteriormente iria reunir a Comissão de Finanças para ajustar detalhes daquela audiência e que iriam colocar em votação aquele Orçamento na próxima sessão ordinária da Casa. A seguir, agradeceu a presença de todos e encerrou aquela audiência. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade. A Ata será anexada ao Processo nº 206/2023, juntamente com CD contendo gravação da referida Audiência Pública.

Vereador Alonso Lopes da Silva

Presidente

Vereador Erivelton Marcos Proêncio

Vice-Presidente

Vereador Francisco de Souza Campos

Secretário



Estado de São Paulo

B)

Ata da Audiência Pública para estudos do Projeto de Lei nº 083/2023 do Executivo Municipal que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2024, realizada no dia 31 de outubro de 2023, às dezoito horas, na Sala das Sessões "Vereador Reynaldo Chiavegato" da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edificio Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Presidente Sr. Romilson Silva, que cumprimentou todos passando os trabalhos daquela audiência para o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Afonso Lopes da Silva, que explicou como seria o trâmite daquela audiência. Estavam presentes na Casa os Srs. vereadores Ana Paula Espina de Souza Muniz, Cristiano José Cecon, Erivelton Marcos Proêncio, Francisco de Souza Campos, José Alaercio de Toledo Lima Junior, Walter Luís Tozzi de Camargo, Wanderley Teodoro Filho e Wilian Barbosa do Morrinho. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, dezoito pessoas, conforme consta na lista de presença anexada ao Processo. O sr. Presidente da Comissão passou a palavra ao sr. Adalberto de Lima, Secretário Municipal de Finanças para que fizesse as explanações sobre a Receita e Despesa do Município estimadas para 2024. O sr. Secretário iniciou suas explanações apresentando slides no telão do Plenário. Terminada suas considerações, fez uso da palavra o sr. Francisco de Souza Campos agradeceu as explicações do Secretário e disse que analisando todo o Orçamento ele ficou preocupado com o Orçamento da Secretaria de Meio Ambiente e que na LOA de 2023 aprovaram um orçamento de mais de guarenta e três milhões seiscentos e noventa e seis mil reais e na LOA de 2024, quarenta e três milhões, trezentos e noventa e seis mil reais e disse que observando todo o contexto do Orçamento iriam chegar muito próximo do que foi projetado ano anterior; fez vários comentários a respeito das suas observações na Peça Orçamentária e observou que a Secretaria de Mobilidade tinha uma Despesa liquidada em 2023 bem inferior do que estava na LOA de 2024; fez suas considerações dizendo que tinha lá na peça orçamentária um valor de dez mil reais para investimento para a água e aquilo era surreal, aquilo era o primeiro apontamento que ele faria; o sr. Secretário explicou que se observassem veriam que o valor total da LOA 2024 era menor do que 2023 e estavam enfrentando uma frustração de Receita; explicou suas pontuações naquele assunto, sobre a previsão de redução de Receita e comentou da prospecção de execução de créditos para diversas áreas necessárias; em seguida, o sr. Walter Luís Tozzi de Camargo perguntou como tinha sido feita a composição da Peça Orçamentária junto a todas as Secretarias, coletando as prioridades por Secretarias; o sr. Secretário explicou detalhadamente como era montada a Peça Orçamentária,





Estado de São Paulo

168

para o ano seguinte, compondo as despesas demandadas pelas Secretarias; foi exemplificando os critérios que cada Secretaria tinha; disse que o que não era muito complicado no Município atingir os níveis constitucionais na Saúde e Educação; o sr. Walter perguntou quais seriam os novos investimentos por área apresentada naquele Orçamento; o sr. Secretário explicou que os investimentos estavam em uma grande lista e que ele não tinha informações do que seriam aqueles investimentos e que cada Secretaria poderia dizer o que seria, porque ele não precisava elencar no que ele iria investir, precisava somente o valor e não a exatidão do que seria; o sr. Walter comentou sobre os recursos do FINISA e Desenvolve-SP se estavam dentro da Peca Orcamentaria e se estivessem, em que seriam usados e quanto restariam e o que seria feito com os sessenta e três milhões; o sr. Secretário disse que o recurso do FINISA não tinha mais e que tinha sido esgotado todo; disse que o recurso que não era utilizado, era realocado e transformado em superavit; explico detalhes daquele processo, exemplificando suas colocações e esclarecendo detalhadamente as dúvidas do sr. Walter; em seguida o sr. José Muniz perguntou ao sr. Secretário se tinha ou não tinha os sessenta e seis milhões em caixa, o qual respondeu que aquela Audiência era sobre o Orçamento de 2024 e não sobre 2023; o sr. José Muniz continuou dizendo que se tinham sessenta e seis milhões em caixa e tinham Secretarias que foram cortados recursos no ano corrente, ele não estava entendendo o porque daquela reunião, porque a população queria saber e questionou como eles poderiam discutir um orçamento sem saber quanto tinham em caixa, para onde estava indo o dinheiro do caixa; teceu diversos comentários sobre aquela questão e expressou sua indignidade quanto a realidade apresentada na audiência de finanças, de que eles não sabiam sobre a aplicação do dinheiro, e que aquilo não existia ele não saber responder à população onde estava indo o dinheiro da Prefeitura; o sr. Secretário disse que aquelas informações que o vereador questionava eram apresentadas na Audiência de Metas Fiscais que tinha sido realizada na Câmara com poucas pessoas presentes; fez uma breve explicação de tudo o que era apresentado em audiência de Metas Fiscais e que a audiência da LOA era para discutir a peça Orçamentária para 2024; a seguir, o sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior questionou ao sr. Secretário, se tinham uma previsão de um ano ruim em 2024, pior do que em 2023, mesmo sem pandemia, mesmo com a disponibilidade de caixa; o sr. Secretário disse que a disponibilidade de caixa não era o ponto crucial e que o Orcamento era de setecentos milhões; o sr. José Alaercio disse que trinta ou quarenta milhões talvez fosse suficiente para resolver o problema da água do município; questionou sobre as perspectivas para o próximo ano de



operações de crédito, se aquilo significava empréstimos, mais empréstimos que poderiam ser usados para água, esgoto, asfalto, e perguntou se existia uma perspectiva para aquelas operações de crédito, se havia sido planejadas aquelas operações de crédito; o sr. Secretário disse estarem incluídas operações de crédito da Desenvolve-SP e estavam trabalhando na prospecção de mais recursos para serem utilizados para o próximo ano; o sr. José Alaercio questionou se já existia um planejamento para aquilo e o sr. Secretário disse que não de forma integrada e que existiam algumas ações; em seguida, o sr. Silvio Luiz Telles de Menezes questionou algo que não poderia ser transcrito, visto estar falando fora do microfone e o sr. Secretário respondeu que aquela pergunta deveria ser feita para a Secretária de Meio Ambiente; em seguida, o sr. Silvio Luiz continuou questionando suas dúvidas ao Secretário, todas, fora do microfone, que não puderam ser transcritas nesta Ata; o sr. Secretário respondeu que todas as dúvidas sobre saneamento básico deveriam ser feitas diretamente à Secretária de Meio Ambiente, a parte de asfaltamento era para a Secretaria de Obras e de Mobilidade; comentou seu ponto de vista, dizendo que ele não teria acesso às questões lá colocadas; em seguida, o Sr. Francisco de Souza Campos disse que a Comissão de Orçamento iria oficiar para aquele Secretário sobre possíveis remanejamentos e sugerir outras possibilidades no Orçamento; explicou seus argumentos e salientou a preocupação com a questão da água; perguntou ao Secretário sobre o valor do ICMS que ele achava um pouco alto; e também dos valores das transferências de Capital; o sr. Secretário respondeu sobre a previsão do ICMS para 2024 que foi feita em agosto e a do ano atual estava sendo bastante aquém do previsto; falou de análise feita por ele sobre o Estado de São Paulo, naquela questão; explicou sobre a queda na arrecadação do ICMS no ano corrente; explicou as divergências de valores no ano atípico e as intenções do Executivo para o próximo ano; em seguida, o sr. José Muniz perguntou ao Secretário se a Receita prevista para 2023 tinha sido atingida; o sr. Secretário respondeu que aquela audiência era para 2024; o sr. José Muniz perguntou o que o Secretário estava fazendo lá se ele não poderia dar uma resposta à sua questão e que aquilo não tinha cabimento; o sr. Secretário disse que ele estava lá fazendo a audiência pública da LOA para 2024; o sr. José Muniz repetiu que para ele saber de 2024 ele deveria saber sobre 2023, e que ele não sabia sobre 2023 e só precisava daquela resposta do Secretário: o sr. Secretário disse que aquela resposta era pertinente na audiência de Metas Fiscais; o sr. José Muniz disse que entraria com pedido de afastamento do Secretário e com pedido de CPI naquela Secretaria; disse que ele não tinha o que falar para a população e que o Secretário cortou verba da Assistência Social;



Estado de São Paulo



170

argumentou sua indignação e disse que aquelas respostas do Secretário não tinham cabimento; fez diversos comentários sobre sua indignação ao sr. Secretário; em seguida, o sr. Erivelton Marcos Proêncio disse que ele tinha entendido que todos os Secretários haviam sido oficiados e que no ano passado tiveram uma postura totalmente diferente em relação à tratativa; comentou sobre a falta de Secretários e salientou que ele achava que vários secretários não levava aquele tema que era o Orcamento com responsabilidade e que vários questionamentos para cada Secretaria ele não sabia se seriam respondidos pela falta de Secretários e que ao menos os que estavam presentes fossem até a tribuna explicar o orçamento de cada um, falou dos quatrocentos mil que havia sido colocado para a Câmara, para serviços de terceiros do jurídico e perguntou o que seria feito com aqueles quatrocentos mil; o sr. Secretário disse que era a mesma questão, para a Secretaria dele foi passado o valor e quem sabia o que iria fazer era o Secretário da Pasta, no caso da Câmara, seria o Presidente da Câmara; o sr. Erivelton perguntou quem coordenava o plano de gestão do que seria feito com o valor da LOA, quem era o gestor daquela responsabilidade, porque pelo o que ele estava entendendo aquele Secretário só respondia o que entrava e saía do caixa do Orçamento, mas quem coordenava para estipular as metas do Orçamento do próximo ano, sobre o que seria feito com o dinheiro porque aquele Secretário não conseguia explicar para eles o que seria feito com o Orçamento; o sr. Secretário disse que o Orçamento era uma peça financeira, mostrando a estimativa de Receita e Despesa dentro das Secretarias e que os programas foram levantados lá no PPA; explicou como era a dinâmica das Secretarias, e explanou seu conhecimento naquela questão; o sr. Erivelton disse ser comum nas audiências passadas, alguns Secretários pontuarem que a Secretária de Finanças anterior não liberava os recursos para as secretarias e ela dizia que o motivo era a falta de projetos adequados para ela, e ele estava entendendo que aquele Secretário teria uma postura diferente, que cada Secretário teria liberdade para ocupar seus recursos; o Sr. Secretário disse que o que o Ordenador de Despesa era o Secretário de cada Pasta e acima o Prefeito que era o responsável por toda Despesa municipal; exemplificou aquela ordem e acrescentou que o Recurso liberado no começo do ano era o que cada Secretaria tinha para trabalhar durante o ano; o sr. Erivelton perguntou o que seriam hum milhão e duzentos liberados para a indústria; falou sobre a questão de apoio suplementar inclusivo, havia um déficit de trinta e cinco professores de educação especial para atender as necessidades da população de Jaguariúna, e perguntou se seriam contratados aqueles trinta e cinco professores; o sr. Secretário disse que a contratação de professores teria de ser direcionada para





Estado de São Paulo

a Secretaria de Educação; o sr. Erivelton registrou que a Secretária de Educação estava na Casa e pediu ao Presidente da Comissão para convidá-la ir até a tribuna pontuar o que seria feito com o dinheiro dos investimentos, seria de extrema importância para a população; o sr. Erivelton disse que não ficou clara a distribuição de hum milhão e duzentos para a indústria; a seguir, a sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz salientou que a Secretária de Meio Ambiente disse que a cidade entraria em colapso pela falta de água e que ela falou que teria na Secretaria dela quarenta e três milhões, mas que não daria para fazer investimento em água e o Secretário disse que ele montou a LOA pautando todos os Secretários, como foi aquilo, ele discutiu ou não com a Secretária; o sr. Secretário disse que tinham uma previsão de Receita menor do que gostariam e tinham Secretarias que demandavam Recursos muito elevados para a manutenção dela e explicou que utilização de Recursos próprios para investimento em Meio Ambiente implicaria redução em outras Secretarias; a sra. Ana Paula questionou se não era importante investir em água e ele respondeu que a água era importante, mas tinham Secretarias que havia a necessidade muito grande de recursos para a manutenção dela e só poderia ser feito com recursos próprios e os investimentos no Meio Ambiente poderiam buscar outros recursos; a sra. Ana Paula questionou quais seriam aqueles recursos e ele disse que um exemplo seria operação de crédito que existiam várias; falou do PAC, das linhas de créditos, discorrendo sobre os diversos recursos que poderiam ser utilizados para o Meio Ambiente, que buscaria diversas fontes específicas, que muitas vezes estavam a fundo perdido, sem causar uma redução em outras questões; falou do Time que muitas vezes as pessoas não poderiam perder; a sra. Ana Paula disse que se foi a Secretária anterior quem montou aquele Orçamento, então porque ele não sentou com as Secretarias para verificar se manteria ou não os mesmos valores; explicou seu questionamento e disse que o Secretário não morava em Jaguariúna, por aquela razão talvez ele não sabia o que estava acontecendo na nossa cidade; perguntou porque haviam colocado aquele valor para o Meio Ambiente se o Meio Ambiente não conseguia fazer investimentos em água; reforçou seu questionamento de como ele havía fechado aquele Orçamento sendo que disse ter sido a Secretária anterior e quis saber se ele conversou com os Secretários para atualizar tudo o que precisava; fez suas considerações e disse que não iriam votar a LOA sem informações precisas; o sr. Secretário disse que o único recurso que ele tinha autonomia para modificar era o Recurso próprio, que era da Receita de Impostos e se canalizasse ele para o Meio Ambiente, estaria prejudicando muito o andamento das demais Secretarias; deu exemplos das situações que poderiam ocorrer, e embora ele

4





Estado de São Paulo

17.9

não morasse na cidade, sofria as questões da falta de água tanto quanto os moradores da cidade, porque ele ficava cinco dias na cidade e dois na cidade dele: continuou suas explicações sobre as disponibilidades de recursos e seus pontos de vista quanto as aplicações e alterações dos mesmos; em seguida, o sr. Walter Luís Tozzi de Camargo disse que aproveitando a presença de outros Secretários gostaria de fazer perguntas específicas a eles; o sr. Presidente disse que tinham de respeitar o organograma daquela audiência e que se os Secretários quisessem falar eles iriam se inscrever para tal; o sr. Erivelton disse que como membro da Comissão de Finanças ele iria oficiar à Presidência da Comissão para que fosse convocada uma nova audiência pública com a presença de todos os Secretários, seguindo o mesmo rito que foi apresentado no ano anterior; o sr. Presidente disse que talvez alguém não tivesse entendido aquele rito, porque ele havia chamado todos os Secretários na Casa e se ficasse algumas questões que precisaria ser aprofundada eles chamariam em um segundo momento; exemplificou a questão que o Menezes havia colocado de obras e pavimentação e a questão do Desenvolvimento Econômico que precisava aprofundar e que tinha ficado pendente; ele achava quer chamar todos não era produtivo e não aprofundavam as discussões; fez alguns comentários sobre seu ponto de vista; o sr. Erivelton disse que precisava de duas assinaturas para solicitar outra audiência pública e ele faria aquilo juntamente com o Francisco; discorrer sobre suas indignações e dúvidas naquela audiência e seu ponto de vista em entender que precisariam de outra audiência, dizendo achar justo aproveitar demais Secretários que estavam na Casa para esclarecer as questões que todos tinham dúvidas; a seguir, o sr. Presidente questionou se haviam pessoas do plenário inscritas para questões e como não havia; o sr. Francisco de Souza Campos disse achar relevante ter a presença de todos os Secretários na Casa para entenderem adequadamente o Orçamento; exemplificou dúvidas que precisariam de entendimentos dos Secretários específicos; em seguida, o sr. Erivelton Marcos Proêncio disse que havia acabado de falar com os Secretários que estavam na Casa e que disseram não terem ido lá preparados para responder todas as perguntas, então que teriam de ser democráticos e convocar nova audiência pública com a presença de todos os Secretários, pois todos estavam dispostos a ir na Casa para esclarecer o que fosse necessário; argumentou suas colocações; a seguir, o sr. Wilian Barbosa do Morrinho disse que aquele dia era o dia final do REFIS para a população; perguntou qual era a visão do Secretário com relação ao REFIS para poderem conversar com a população para 2024; o sr. Secretário disse que a discussão do REFIS era de 2023 e aquela discussão era para 2024, mas que o REFIS tendia



Estado de São Paulo



a ser vantajoso porque exigia que fosse vantajoso e como ele havia encerrado naquele dia ele não tinha as informações consolidadas do mesmo para passar a todos; o sr. Wilian perguntou se o Secretário era favorável ter aquele tipo de legislação para que pudessem ter uma discussão na Casa para irem conversando com a população porque sabiam que chegaria aquela cobrança para terem nova lei para 2024; o sr. Secretário disse que não deveria fazer REFIS todos os anos; em seguida, o sr. Walter Luís Tozzi de Camargo disse que aquela Casa discutiu amplamente com a Secretária anterior sobre aquele assunto, por todas as razões existentes o REFIS ajudava muito a colocar o adimplente e levar recursos para o cofre público e teve um consenso de que aquela edição do ano corrente seria benéfica; explanou seu ponto de vista; a seguir, o sr. Presidente disse que, posteriormente iria reunir a Comissão de Finanças para ajustar detalhes daquela audiência. A seguir, agradeceu a presença de todos e encerrou aquela audiência. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade. A Ata será anexada ao Processo nº 058/2022, juntamente com CD contendo gravação da referida Audiência Pública.

> Vereador Afonso Lopes da Silva Presidente

ricsiderite

Vereador Erivelton Marcos Proêncio

Vice-Presidente

Vereador Francisco de Souza Campos

Secretário